

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**COMISSÃO DA VERDADE**

**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**

**03/12/2013**

**COMISSÃO DA VERDADE****BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****03/12/2013**

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Então vamos lá! Vivian. Já estou no piloto automático. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 101ª audiência pública, 03 de dezembro de 2013, Auditório Teotônio Vilela.

Está instalada a 101ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 03 de dezembro de 2013, no Auditório Teotônio Vilela, às 16 horas para a oitiva dos depoimentos sobre o caso Maria Regina Marcondes Pinto. Esclarecemos que a Comissão da Verdade pretende realizar todas as suas audiências abertas ao público.

Bom, em que pese a tristeza da circunstância do desaparecimento da Maria Regina, a gente tem aqui hoje uma, o professor Emir Sader para depor, e é com muito, ele fez, ele veio do Rio de Janeiro cumprir alguns compromissos e ele fez de tudo em questão de vir depor aqui na Comissão. Então eu agradeço, professor Emir Sader. Eu sei que é um impacto muito grande de estar numa rotina de trabalho e aí interromper para este tipo de depoimento. Mas eu já passo a palavra para o professor Emir Sader.

Ah! Vai ler o memorial, então lê o memorial que a gente ganha... o Renan. Renan Quinalha fará a leitura do memorial da Maria Regina Marcondes Pinto. Com a palavra o Renan, obrigado, Braga.

**O SR. RENAN QUINALHA** – Boa tarde a todas e todos!

“Maria Regina Marcondes Pinto, nasceu em 17 de julho de 1946 em Cruzeiro, São Paulo, filha de Benedito Rodrigues Pinto e Iracy Ivette Marcondes Pinto.

Desaparecida em 10 de abril 1976 em Buenos Aires, Argentina. Em fins de 1969 ou início de 1970 saiu do Brasil com documentação legal e foi para Paris, onde já se encontrava o seu companheiro Emir Sader, professor do Departamento de Ciências Sociais da USP perseguido pela repressão política no Brasil. Em Paris permaneceram cerca de seis meses quando ambos foram para Santiago, no Chile onde se ligaram ao *Movimiento de Izquierda Revolucionária*, MIR.

Durante o tempo em que residiu e estudou em Santiago, viajou três ou quatro vezes a São Paulo para visitar os familiares. Esteve presa no Estádio Nacional em Santiago quando houve o golpe de estado que depôs o presidente Salvador Allende em 11 de setembro de 1973.

Maria Regina conseguiu sair do país dirigindo-se para o Brasil, onde permaneceu aproximadamente por seis meses. Viajou em seguida para Buenos Aires onde passou a residir em companhia de Emir e a estudar.

Era professora de português na Escola de Línguas Berlitz. Em 10 de abril de 1976, em Buenos Aires, Maria Regina foi encontrar-se com o médico Edgardo Enríquez, filho do ex-ministro da Educação do Governo Allende, ligado ao MIR. Nunca mais foram vistos. Seu companheiro havia viajado dias antes do golpe na Argentina para Paris.

Logo que soube de sua prisão, sua mãe, Aracy, por orientação do advogado José Carlos Dias, viajou para a Argentina, onde ficou sabendo que, após a prisão de Maria Regina, a polícia permaneceu durante dois dias em seu apartamento.

O cônsul brasileiro em Buenos Aires lhe prometeu tomar providências para localizá-la, sem qualquer resultado. Em maio de 1976, o Comitê Francês de Apoio à Luta do Povo Argentino denunciou que a junta militar argentina havia detido Edgardo e Maria Regina e os encaminhado às autoridades do governo de Pinochet. Mais tarde, chegou outra informação que dava conta de que Maria Regina fora levada, já sofrendo perturbações de ordem psiquiátrica, da Argentina para Santiago, por uma pessoa de nome Eduardo Allende.

Informação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, ACNUR, encontrada, posteriormente, no arquivo do Itamaraty e confirmada por outras

fontes, dizia que Maria Regina estava internada em uma clínica psiquiátrica de Santiago, situada em um prédio de três pavimentos na Rua Victoria, 293, ou na Rua Colón, 917, onde se presume funcionava a clínica da DINA, mas aí também não foi encontrada.

A mãe de Maria Regina registrou denúncia sobre seu desaparecimento na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, CONADEP, na Argentina, protocolada com o número 3.089.

Em maio de 1986, o ex-militar argentino Claudio Vallejos, que integrava o Serviço de Informação Naval, concedeu entrevista à revista “Senhor” nº 270, de 20 de maio de 1986, na qual mencionou o destino de brasileiros desaparecidos por obra do terrorismo de estado na Argentina, Sidney Fix Marques dos Santos, Luiz Renato do Lago Faria, Maria Regina Marcondes Pinto, Norma Espíndola [sic], Roberto Rascado Rodrigues e Francisco Tenório Jr.

Em depoimento à CJP/SP, em 14 de novembro de 1990, a mãe de Maria Regina relembrou que “no início dos anos 1980, estive no Brasil um policial argentino que declarou à revista ‘Senhor’ que Maria Regina havia sido torturada, assassinada e jogada ao mar”. No relatório do Ministério da Marinha encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa em 1993 consta que, Maria Regina desapareceu após ser sequestrada, ‘Diário Oficial da União’ nº 60, de 28 de março de 1981.

O relatório do Exército é mais preciso e afirma que “em 08 de abril de 1976 foi presa na Argentina juntamente com Edgardo Enríquez, membro da Comissão Política do MIR chileno, quando cumpriam tarefas ligadas às atividades subversivas naquele país”.

Entre os casos de vítimas chilenas listados na acusação do juiz espanhol Baltasar Garzón, relacionados à Operação Condor que levaram à prisão do ex-ditador chileno Augusto Pinochet em 1998 em Londres, figura o do engenheiro Edgardo Enríquez Espinoza, membro da comissão política do MIR e irmão de Miguel, secretário-geral da organização.

Segundo a denúncia, Maria Regina foi presa em 1976 com Edgardo após este ter saído de uma reunião da Junta Coordenadora Revolucionária. Edgardo ingressou

sucessivamente nos centros clandestinos de detenção argentinos: El Olimpo, Campo de Mayo e na Escuela Mecánica de La Armada, ESMA, em Buenos Aires.

Segundo a Comissão Rettig, Edgardo gozava da proteção da ACNUR e foi trasladado para a Villa Grimaldi, em Santiago, sem que se tenha voltado a ter notícias suas.

Na data de 23 de dezembro de 1975, ou seja, quatro meses antes de sua captura, a DINA já havia montado o cerco ao redor do dirigente do MIR e de várias pessoas, ordenando a seus agentes no estrangeiro seu traslado para o Chile, depois de capturá-los. Expediu-se então, um telex que deu a missão por cumprida.

Em 2005, porém, uma reviravolta na investigação sobre o caso de Edgardo deu uma nova perspectiva para as versões do sequestro de Maria Regina e de seu suposto traslado para o Chile, pela DINA. Neste ano foi possível descobrir o paradeiro de Edgardo com base na documentação da investigação feita no âmbito de uma ação judicial. Esta causa emitiu a resolução nº 12/05-P identificando Edgardo como pessoa falecida nos acontecimentos de 10 de abril de 1976.

Neste dia, ele foi gravemente ferido, às 20h30 num confuso episódio quando houve um tiroteio no cruzamento das ruas Federico Lacroze e Conesa. Em seguida, foi trasladado para o Hospital Pirovano, onde faleceu às 22h10 na sala de operações. O corpo desta pessoa nunca foi identificado, pois não portava qualquer documento que pudesse identificá-la.

A comparação das impressões digitais obtidas junto à documentação do N.N., Não-Nomeado, com as de Edgardo, determinou que ambas pertencem à mesma pessoa. Seu corpo havia sido inumado no Cemitério de Chacarita em Buenos Aires como N.N. e cumprido o tempo legal, seus restos mortais foram encaminhados para o ossário geral, em 03 de junho de 1982.

O Estado argentino reconheceu a responsabilidade pelo desaparecimento de Maria Regina por meio da Secretaria de Direitos Humanos, subordinada ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos. Em homenagem à Maria Regina, seu nome encontra-se inscrito no monumento do Parque da Memória em Buenos Aires, Argentina.”

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Obrigado, Renan. Emir Sader com a palavra.

**O SR. EMIR SADER** – Bom, meu reconhecimento pelo trabalho extraordinário que vocês fazem. Convocado para falar sobre Maria Regina, eu não teria muitas coisas a acrescentar, antecedentes nossos, vivíamos no Brasil como companheiros, juntos, saímos para o exterior como está relatado aqui.

Fomos ao Chile, depois do golpe eu fui direto à Argentina, nós, no Chile fomos detidos não no Estádio Nacional como está aqui. Alguns brasileiros, entre eles o Marco Aurélio Garcia, fomos detidos numa Comissaria de Polícia de Ñuñoa, ficamos ali. O Estádio Chile estava fechado, o Estádio Nacional não estava aberto ainda e liberaram as pessoas que estavam lá, nós saímos e saímos exilados para o exterior.

Maria Regina e eu fomos para a Argentina para apoiar o trabalho da resistência chilena. Eu estava viajando e tive a notícia de que ela tinha sido sequestrada junto com Edgardo Enríquez. Aí não tivemos nenhum indício salvo os que estão aqui. Essa ideia da clínica psiquiátrica eu tive a possibilidade de ir clandestinamente ao Chile e esse endereço não correspondia a nada. Não era nada e nem sabia ninguém nada de alguma coisa que pudesse ser clínica psiquiátrica.

Era uma prática da ditadura, dar informações equivocadas, alentavam a hipótese de que estivesse vivo em algum outro lugar e tudo o mais. No caso dela, pelo menos, a única indicação que houve que era, havia o endereço, eu fui lá e não existia não só nesse endereço como nada que pudesse indicar nas proximidades ou em qualquer outro lugar a clínica psiquiátrica.

Eu estive declarando com o juiz Baltasar Garzón a propósito dela por que é um caso típico de Operação Condor. Brasileira vivendo na Argentina apoiando a luta da resistência chilena. Então, na verdade eu não teria mais antecedentes do que esses. Ela desapareceu, não houve mais indícios, só estes boatos que estão aqui. Então, digamos, especificamente sobre a busca dela, são indícios.

Mesmo essa entrevista desse personagem que vendeu informações para a “Isto É”, ou entregou para a “Senhor” naquele momento é o indício que se tem, corresponde à regra geral dos voos no Livro do Verbitsky, né? Quarta e sábado haveria os voos da morte que jogariam cadáveres que estavam dopados, no rio. Por isso que o muro inclusive está feito próximo do rio em homenagem a eles, né? Não sei se vocês queriam perguntar alguma outra coisa.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT** – Eu queria, eu não sei o tempo que você dispõe, mas eu queria que você falasse um pouco da trajetória de vocês aqui no Brasil, no início, na POLOP, depois essa ida para a França, essa opção para ir para o Chile, a adesão ao MIR, se você pudesse falar um pouco dessa trajetória seria importante para a gente. Recompor...

**O SR. EMIR SADER** – Nós saímos numa época...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Quem era ela, qual a origem dela.

**O SR. EMIR SADER** – Ela trabalhava como bancária, fazia o curso noturno de Ciências Sociais. Nós saímos em uma época em que era um círculo vicioso de construir aparelhos e cair aparelhos, né? Era fim de 1970, era difícil a sobrevivência e nos resolvemos sair e fazer um balanço para retornar.

Fomos a Paris, fizemos um seminário, elaboramos estratégias de retorno e voltamos via Chile. Voltamos via Chile, mas o primeiro grupo que ingressou que era de gente que estava legal, dirigido pelo Luiz Eduardo Merlino, jornalista do “Jornal da Tarde” que é conhecido como vítima da repressão, caiu.

Aí fechou qualquer ponte para poder regressar, então na semana seguinte nós nos demos conta que era o refluxo no Brasil dava para um tempo muito longo, nos

distanciamos, separamos da esquerda brasileira e passamos a militar na esquerda chilena, no MIR chileno. Nessa qualidade é que depois nos transferimos para a Argentina para ajudar a resistência chilena.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Quanto tempo vocês estiveram lá antes do golpe?

**O SR. EMIR SADER** – Nós chegamos de passagem fim de 1970, voltamos tipo junho 1971, e saímos depois do golpe. Ela saiu legalmente para o Brasil, ela tinha documentação, eu não tinha e me asilei junto com mais de 100 brasileiros na Embaixada do Panamá.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Depois do golpe, não é?

**O SR. EMIR SADER** – Logo depois do golpe.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Do Panamá você foi para onde?

**O SR. EMIR SADER** – Do Panamá dei uma volta, mas fui para a Argentina trabalhar para o apoio à resistência chilena. Aí ficamos de fim de 1973, eu estava viajando, ela caiu em abril de 1976. Aí não pude mais retornar.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Vocês moraram durante três anos depois do golpe, na Argentina?



**O SR. EMIR SADER** – Na Argentina.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Até 1976?

**O SR. EMIR SADER** – Ela, eu estava condenado no Brasil acho que a quatro anos e meio de prisão, ela não. Ela estava legal, então ela fez algumas viagens para o Brasil, mas eu estava condenado e depois fui anistiado. Aquelas coisas de ditadura. Acho que alguma coisa tipo mentor, intelectual ou da luta armada, qualquer bobagem dessas assim.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Emir, mas você foi a Paris e foi exatamente nessa ausência que ela acabou sendo presa, quando ela...

**O SR. EMIR SADER** – Não, não, não. Nós fomos, ela, nós nos encontramos em Paris, participamos de um grupo que fez uma elaboração de uma estratégia.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Quando da prisão dela, você não estava...

**O SR. EMIR SADER** – Não, na prisão dela, não. Eu estava na Europa, 1976, Paris foi a saída de 1970, 1971. Aí nós fomos para o Chile e ficamos lá. A outra eu estava vivendo com ela em Buenos Aires, fui à Europa fazer algumas coisas, quando ela e o Edgardo Enríquez foram presos.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT** – Mas vocês ainda tinham esse laço de companheirismo?

**O SR. EMIR SADER** – Nós estávamos vivendo juntos sim, claro! Eu e ela. Era a minha companheira, a relação mais importante que eu tive, vivemos juntos até aquele momento.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Aí você volta e em seguida para a Argentina, ou...

**O SR. EMIR SADER** – Não, não, não. A Argentina não dava, caiu tudo o que a gente tinha lá.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Todo o MIR caiu lá na Argentina, tudo...

**O SR. EMIR SADER** – A estrutura que a gente tinha caiu. Edgardo Enríquez era naquele momento o principal dirigente do MIR, o irmão dele Miguel Enríquez tinha morrido, ele era o principal dirigente.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Você esteve vinculado ao MIR até quando?

**O SR. EMIR SADER** – Até mais para a frente.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– O MIR subsistiu?

**O SR. EMIR SADER** – Não! Não, posteriormente não. Existem resquícios, mas não resistiu, não sobreviveu.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Amelinha, você conviveu muito tempo com a mãe da Maria Regina, e trabalhou muito nessa questão dessa biografia, dessa história. Você não poderia contribuir fazendo umas perguntas, por favor.

**A SRA. AMELINHA TELES** – Eu poderia fazer perguntas ao Emir a respeito de outros brasileiros que, porque nós temos vários brasileiros que desapareceram tanto na Argentina como no Chile. Se você conhece, se você pode enfim, trazer ainda que seja informações, trazer a memória deles, ou a convivência, ou se tem alguma informação a respeito do sequestro. Por que essas pessoas são desaparecidas, né?

O Wânio, enfim, vários já tiveram aqui depoimentos de pessoas, vários casos já foram colocados aqui. Agora eu queria saber isso, se você teria como informar, se você gostaria de estar falando de outras pessoas.

**O SR. EMIR SADER** – Olha, eram situações diferentes, mas nenhuma delas propicia dados porque nós saímos do Chile logo depois do golpe, então há notícias que chegavam de desaparecimento de pessoas, mas não tivemos convivência com pessoas logo depois do golpe, não é?

Na Argentina havia uma compartimentação muito forte, né? No caso do Vinícius a gente conhecia porque tinha relação com o Boal, estive convivendo com o Chico, com o Vinicius na casa do Boal, etc. e tal, mas mesmo a casa do Tenorinho só soube pelos jornais porque era muita compartimentação, muito grande em relação à...

Havia um brasileiro que trabalhava com a gente que desapareceu, mas também não tenho dado nenhum, era conhecido como Felipe, um gaúcho. Mas dados concretos sobre a queda... Clandestinidade é assim, quer dizer, a pessoa sai, desaparece, é

sequestrado, você fica sabendo, mas não tem dados concretos sobre as condições da desapareição, não é?

Os outros brasileiros também, como eram de outra organização a gente não tinha nenhum tipo de relação. Alguma relação eu tinha com o Flávio Koutzii, Maria Regina, Paulo Paranaguá antes, muito episodicamente, até que eles foram presos e, mas também só soube pelo jornal. Apareciam aquelas caras das pessoas torturadas, tal. Foram detidos e não soube mais nada sobre as condições. Posteriormente soube pelas declarações deles mesmos, não é?

**A SRA. AMELINHA TELES** – Uma outra questão que eu queria assim, que, se você tem sugestão, porque o caso da Maria Regina Marcondes Pinto, ela foi sequestrada na Argentina e o Estado Argentino reconheceu a sua responsabilidade, né? Por isso que o nome dela consta lá no Parque Nacional, naquele muro por conta da, ou memorial, por conta disso.

Agora o Estado Brasileiro não reconheceu, não é? A Regina como uma militante política que foi assassinada ainda que fora do país, mas ela foi sequestrada e assassinada, não é? Como todos os desaparecidos, hoje a gente tem certeza disso.

E o Estado Brasileiro não reconheceu e, quer dizer, eu vejo assim, é uma injustiça que se faz não reconhecer, uma vez que ela inclusive começou a militância dela aqui no Brasil, pelo que eu estou entendendo, e existe hoje muito confirmado toda a articulação da repressão política nos vários países, pode ser até que ela tenha sido sequestrada até por brasileiro, como saber? Ou chileno, ou próprio argentino.

Então, em função da Operação Condor, se não é o caso de o Brasil retomar esse processo de reconhecimento da militância política dela que é uma brasileira, não é?

**O SR. EMIR SADER** – É, o Brasil hoje reconhece na prática a Operação Condor, responsabilidade do governo brasileiro, houve documentos, tenho entendido, do governo, da época do governo Geisel em que havia articulações efetivas, mas não é só isso.

A embaixada brasileira no Chile era um centro de articulação da ditadura militar, o Fleury andava lá como na sua casa. Quando triunfou o golpe militar, o então embaixador brasileiro falou “ganhamos!”. Se reconhece que ele fez reunião da junta que depois deu o golpe, dentro da embaixada brasileira.

Há declarações que diziam que até o consideravam simpaticamente como o quarto membro da, quer dizer, com conivência diretamente do governo brasileiro através, nenhum brasileiro se arriscou a se asilar na embaixada do seu país, sabia que era território de repressão e da ditadura, já dá ideia do que era aquilo. Normalmente em um país estrangeiro, tenho uma incerteza eu vou, ninguém é maluco de fazer aquilo! Até porque o Fleury circulava ali, era um lugar de operações,

Então, não era só Operação Condor, é conivência direta do Brasil com aquela, portanto, eles internacionalizaram a ação, não era só Operação Condor. O Brasil pode não ter assinado diretamente, mas estava envolvido naquilo, o Brasil era uma alternativa. Ditadura colocou a ordem no país, a economia cresce, etc. e tal. Evidentemente era referência político-ideológica e também em termos de tortura.

Quer dizer, a grande exportação do Brasil à época foi o pau-de-arara. Quer dizer, métodos específicos de tortura eram internacionalizados. Então havia articulações suficientes para demonstrar que havia uma articulação internacional, portanto a ideia de respeitar fronteiras e nacionalidades, eles não respeitaram. Nem a Operação Condor e nem o próprio governo brasileiro, né?

Então, tem menos sentido ainda essa ideia de reconhecer aqui pela nacionalidade, pelo documento, pela certidão de nascimento, ou pelo momento e lugar onde estava. Acho que está claro hoje, que havia uma internacional do terror no conjunto do Cone Sul, não é?

**A SRA. AMELINHA TELES** – Então quer dizer que cabe no mínimo uma articulação ou iniciativa da Comissão Nacional da Verdade ou da Comissão Estadual da Verdade em reivindicar, em encaminhar essa reivindicação dos brasileiros que foram sequestrados nos outros países porque não era só o caso da Maria Regina, não é? Outros brasileiros também, de fazer este reconhecimento, né?

**O SR. EMIR SADER** – O Museu da Memória do Chile não tem o nome dela porque ela é brasileira. Ela estava ajudando aquele povo lá a se rebelar contra a ditadura de Pinochet, não é? Uma coisa estreita, não é?

**A SRA. AMELINHA TELES** – E ela pode ter sido transferida de Buenos Aires para Santiago, não é?

**O SR. EMIR SADER** – Não, as informações corriam soltas, informações...

**A SRA. AMELINHA TELES** – Mas pode ter acontecido.

**O SR. EMIR SADER** – Claro! Claro!

**A SRA. AMELINHA TELES** – E ela chegou, vocês chegaram a morar inclusive no Chile. Quer dizer, cabia sim, o Chile reconhecer também a militância política...

**O SR. EMIR SADER** – Um reconhecimento simbólico, né?

**A SRA. AMELINHA TELES** – Simbólico, é. Porque é o mínimo.

**O SR. EMIR SADER** – Nós somos beneficiados pela generosidade do povo chileno de receber milhares de brasileiros, né? Refugiados, não fizemos isso por

retribuição, mas de qualquer maneira houve um gesto do Chile antes muito mais solidário do que houve posteriormente e do que há hoje, não é?

**A SRA. AMELINHA TELES** – Agora, a respeito deste Felipe, o gaúcho, você não tem mais nenhuma informação? Porque este nome não consta.

**O SR. EMIR SADER** – Eu não sei o nome real que ele tinha, não é? A gente conhecia pelo nome político.

**A SRA. AMELINHA TELES** – Esse nome não consta na nossa lista.

**O SR. EMIR SADER** – Em algum lugar tem, é. Na verdade ele desapareceu antes no Sul, pelos jornais, no Sul do país, não é?

**A SRA. AMELINHA TELES** – No Sul do Brasil?

**O SR. EMIR SADER** – Da Argentina.

**A SRA. AMELINHA TELES** – Da Argentina?

**O SR. EMIR SADER** – Eu não sei se tentando voltar ou não, eu não sei dizer.

**A SRA. AMELINHA TELES** - Estou satisfeita.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Emir, agora está surgindo uma, você falou até que depois pro Baltasar Garzón, agora está surgindo uma nova corrente principalmente com o pessoal do Rio Grande do Sul, do Jair Krischke, que diz o seguinte, que o Brasil não aderiu à Operação Condor, ele era o proponente da Operação Condor. Primeiro, inicialmente não tinha esse nome, começou, os militares brasileiros começaram a ir para os outros países, foram para o Chile, para outros países e com os agentes americanos que vinham para o Brasil, o Brasil fez uma escola, não é?

Daí ela adquiriu esta denominação sob a orientação da Escola das Américas, de Operação Condor e tal. Mas todo o know-how, toda a tecnologia, toda a experiência foi daqui para os outros países, não é?

Eu sei que pouca diferença faz, aparentemente, do ponto de vista formal, mas é um dado significativo, uma coisa é uma articulação dos militares do Cone Sul, outra coisa é o Brasil ter, porque isso vai ter desdobramento, no segundo capítulo que a gente vai começar da Comissão da Verdade, que são as chamadas Cadeias de Comando.

Você tem alguma coisa para falar sobre isso? Como você vê, com essa experiência toda que você viaja, e as outras Comissões da Verdade que houve no Chile, na Argentina, até no Peru. Você acha que, em que pese aqui no Brasil, que a Comissão da Verdade demorou tantos anos para começar, quase 50 anos depois do golpe, que há possibilidade do entrelaçamento, do cruzamento dessas informações?

**O SR. EMIR SADER** – Acho que este cruzamento já está sendo feito relativamente, não é? Acho que eles têm que ser muito mais amplos que o próprio livro do Verbitsky demonstra como não foi uma articulação militar apenas. E não foi promoção só de um regime militar.

Eu acho que a participação do Brasil parece que não está formalizada, expressa, né? Era grande referência porque a gente vinha de 1964, eles podiam apresentar para os outros regimes uma alternativa. Quer dizer, derrota da luta armada, consolidação econômica, expansão econômica, o chamado milagre.



Então eu acho que a referência fundamental não é só referência fundamental, acho que é articulação. Articulação repressiva, de método de repressão, articulação militar para chegar ao golpe acho que foi muito óbvio o papel que o Brasil teve, não é?

Eu acho que há uma resistência do Itamaraty em abrir documentos dessa época. Alguma coisa que escapou, parecia que efetivamente havia uma participação maior do que se diz, não é? Como é uma época em que também houve iniciativas progressistas do Itamaraty em relação à África, etc. e tal, então fica meio misturado tudo isso. E já não era mais o governo repressivo era o Geisel. Então parece que não se quer mexer muito nesse vespeiro, não é? Por razões políticas, não sei. Mas há uma resistência do Itamaraty em abrir, tenho a impressão que eles se pronunciam contra abrir.

Havia desconfiança de que pudessem ser negociações não muito confessáveis em relação à Itaipu, pode ser, mas o que mais grave pode haver do que seja a conivência com tortura, com...

As pessoas que tentaram voltar, até meio pela louca assim, de Buenos Aires, porque a Argentina aceitou receber, mas não dava asilo para ninguém. Então as alternativas era ir para o México, para a Bélgica, não sei o que lá.

Então vários tentaram voltar. Eu tenho a impressão que quase todos foram mortos na fronteira, tudo o mais. Provavelmente a informação correu solta de uns para outros, para poder pegá-los, não é?

Mas acho que se deveria cobrar do Itamaraty a abertura dos arquivos, até a partir da ideia de que esse embaixador brasileiro comprovadamente teve um papel. Então, e do lado de cá? Quem é que passava informação? Como é que ele se articulava? Com quem ele se articulava?

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, SNI, não é? Já não vou dizer controlar as viagens do Fleury porque já é mais difícil, mas aí é uma instância, ministério civil, né? Quem nomeou esse embaixador? Como é que ele ficou depois? Esse cara continua a carreira, foi para a Austrália, não sei o que lá. Mas, sobretudo as articulações, né? Tinha um papel.

Várias biografias de depoimentos, de livros de militares chilenos ou de próximos da ditadura, o mencionam, né? Então é um lugar também para chamar o Itamaraty.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Você lembra o nome dele?

**O SR. EMIR SADER** – Não, agora eu estive no Chile exatamente o pessoal da embaixada brasileira falou que eles continuassem naquela embaixada bonita, que ele tem medo que o fantasma do cara ainda continua sobrevoando lá, porque ficou um lugar muito marcado por isso, né?

Mas se procurar lá a embaixada brasileira em 1973, até com a declaração que saiu no “El Mercurio” vencemos, ganhamos, alguma coisa assim que ele fez, não é? É um nome assim, meio tradicional, mas está lá. Embaixador brasileiro em 1973 no Chile está o nome dele, não é?

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Me fala uma coisa, você que é uma pessoa estudiosa, por que que aqui no Brasil não se recicla o curriculum das Forças Armadas? Por que eles estão orientados ainda pela Guerra Fria? É a mesma orientação antes da Segunda Guerra Mundial, os comunistas. Por que que ninguém põe a colher nesse negócio aí? Nesse angu? Por que que ninguém, em tempos do Jobim, o Jobim disse que ia mudar o curriculum e tal, mas a coisa não mudou nada.

**O SR. EMIR SADER** – Acho que tem duas coisas, primeiro que eles sofreram um revés, mas não foram derrotados. Em alguns lugares houve derrota, Malvinas, Referendo do Chile, Referendo do Uruguai. Eles se retiraram de maneira organizada relativamente.

Segundo lugar, que eu acho que a razão de ser deles como instituição é uma ideologia tipo Guerra Fria. A OTAN sobreviveu ao fim da União Soviética, ela foi feita para resistir ao suposto expansionismo soviético e acabou o expansionismo soviético procuraram outras razões de ser, não é? Luta contra terrorismo, não sei o quê.

Então um organismo deste que é, que se auto-define como eminente repressivo não está defendendo as fronteiras do Brasil, senão não tínhamos tanto contrabando de arma, tanto contrabando de drogas, acaba se reciclando com uma espécie de coisa de

Guerra Fria, mas, e além do mais também a prolongação do passado, né? Eles se sentem ameaçados pelas investigações.

E também ameaçados pela sobrevivência escandalosa da Lei de Anistia, não é? Que acho que eles têm como uma espécie de defesa contra qualquer investigação maior. Provavelmente todos, nenhum deles está vivo, mas de qualquer maneira colocaria para fora os crimes da ditadura militar, né?

Então eu acho que é um pouco de defesa, outro lado é para ter razão de ser eles têm que estar buscando o perigo da sobrevivência, da subversão, do comunismo, né? Senão a justificativa para existir um organismo deste voltado para dentro, qual é?

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Emir, você quando voltou, quando você voltou ao Brasil definitivamente, assim, só quando da anistia? Ou você volta... porque eu queria saber se você conviveu com a mãe da Maria Regina. Com os familiares? Com essas pessoas todas?

**O SR. EMIR SADER** – Não, eu voltei em fim de 1983, tive uma convivência breve assim, eu não convivi muito com eles, não. Com ela tive uma certa convivência, mas. Mas uma convivência muito penosa, né? Porque todos os pais, eu já conheci vários pais. Inclusive os pais do Edgardo Enríquez, ele teria sido ministro do Allende, sempre se encontrava comigo me perguntava, “estão vivos, né? Nós vamos encontra-lo, né?”

É penoso, sempre. Então você não, não é uma convivência cômoda assim. Convivi com ela, mas, humanamente, né? Assim que eles caíram eu sabia que não havia perspectivas porque ela caiu junto com o dirigente do MIR, era ser testemunha de uma coisa muito importante politicamente. Então, pela lógica, se é que tem lógica nisso, dificilmente ela apareceria, não é?

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Então, acho que a gente pode. Então Emir, eu agradeço que você tenha vindo aqui a São Paulo, passado aqui e

conversado conosco dado, a mãe da Maria Regina morreu há pouco, há um ano e meio? Há um ano e meio. Está bom.

Eles têm mais familiares? Você sabe da existência de outros familiares?

**O SR. EMIR SADER** – Um irmão.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT**– Um irmão? Sabe o nome? O nome sabe? Tem contato assim, alguma coisa? Ah, é? Está bom. Então eu agradeço a sua vinda, a sua presença, o seu depoimento, todo o pessoal da Comissão, da Televisão, de o “Diário Oficial”. A sessão está encerrada. Muito obrigado.

\* \* \*

(Aplausos.)